



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



Habeas Corpus nº 0199753-1

Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal

Comarca: Recife (1ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes)

Impetrantes: João Vieira Neto – OAB/PE 21741 e Bianca Laurentino Serrano
Barbosa – OAB/PE 20251

Paciente: Antônio Marques de Albuquerque

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

236

EMENTA: Processual Penal e Penal – Habeas Corpus liberatório. Art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06. Pleito de aguardar julgamento do apelo em liberdade. Possibilidade. Ausência de manifestação do Juízo *a quo* que equivale à ausência de manifestação. Alegação de nulidade da sentença quanto a dosimetria da pena. Consideração da primariedade e bons antecedentes. Incursão probatória. Impropriedade da via eleita. **Concessão parcial da ordem** apenas para conferir ao paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento e o trânsito em julgado do apelo nº 201337-0. **Decisão unânime.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0199753-1, da 1ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes da Comarca de Recife, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em conceder parcialmente a presente ordem de *Habeas Corpus*, apenas para conferir ao paciente o direito de recorrer em liberdade, tudo consoante consta do relatório e voto digitados em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 15 de dezembro de 2009.


Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



Habeas Corpus nº 0199753-1

Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal

Comarca: Recife (1ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes)

**Impetrantes: João Vieira Neto – OAB/PE 21741 e Bianca Laurentino Serrano
Barbosa – OAB/PE 20251**

Paciente: Antônio Marques de Albuquerque

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

237

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório impetrado pelos Bacharéis João Vieira Neto, OAB/PE 21741 e Bianca Serrano, OAB/PE 20251, em favor do paciente **ANTÔNIO MARQUES DE ALBUQUERQUE**, já qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes da Comarca de Recife – PE.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, juntamente com Jonas Brito da Silva, **no dia 26 de outubro de 2008**, portando cerca de quatro quilos e meio de cocaína, acondicionada em 4 (quatro) embalagens de saco plástico, com fita adesiva.

Em 31 de agosto de 2009, o paciente foi julgado e condenado à pena definitiva de 09 (nove) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, por infração ao **art. 33 da Lei 11.343/06** (fls. 197/198).

Inconformado, apelou da sentença condenatória, tendo o seu recurso sido autuado sob o nº 201337-0 e distribuído ao Eminentíssimo Relator, Des. Alexandre Assunção, estando, no momento, aguardando o retorno do Juízo de origem, para onde baixou a fim de que o réu fosse intimado pessoalmente da sentença.

Na inicial, aduzem os impetrantes que o paciente é primário e tem bons antecedentes, razão pela qual pode aguardar o julgamento do recurso em liberdade.

Alegam, ainda, a nulidade da sentença quanto à dosimetria da pena, por estar em desacordo com o sistema trifásico (art. 59 e 68 do CPB), pois o Juízo *a quo* deixou de aplicar causa de diminuição da pena.

Desta forma, requerem o deferimento do pedido, com a expedição do competente Alvará de Soltura em favor do paciente em tela, bem como que seja anulada a sentença no que concerne à dosimetria da pena, devendo esta ser

Fórum Thomaz de Aquino, Av. Martins de Barros, 593 – 2º andar – Santo Antônio – RECIFE-PE CEP:50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax:3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729764 E-mail: roan@tjpe.gov.br
MIGL (HC 199753-1)



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



238

reduzida ao mínimo e, ainda, que seja aplicada a causa de diminuição da pena, em razão do art. 44, § 4º da Lei nº 11.343/06 e reconhecido o direito do paciente apelar em liberdade.

A inicial veio acompanhada de documentos (fls. 19/182).

Informações foram prestadas pela autoridade apontada como coatora, através do Ofício nº 2009.0134.004155, noticiando que o paciente foi sentenciado em 31 de agosto de 2009 e condenado pela prática do crime previsto no artigo 33, da Lei nº 11.343/06, à pena de 09 (nove) anos de reclusão.

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria de Justiça Criminal, na pessoa do Procurador Mário Gernano Palha Ramos, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 15 de dezembro de 2009.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



239

Habeas Corpus nº 0199753-1

Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal

Comarca: Recife (1ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes)

Impetrantes: João Vieira Neto – OAB/PE 21741 e Bianca Laurentino Serrano Barbosa – OAB/PE 20251

Paciente: Antônio Marques de Albuquerque

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

VOTO DO RELATOR

Sustentam os impetrantes, em sua peça atriada, que deve ser concedido ao paciente o direito de apelar em liberdade, pois o mesmo é primário e de bons antecedentes. Sustentam, ainda, a nulidade da sentença no que concerne a dosimetria da pena.

Compulsando os autos, constato que **não há**, na sentença, manifestação do juízo de primeiro grau acerca da possibilidade de o paciente aguardar o julgamento do recurso em liberdade.

A justificativa da manutenção do cárcere para recorrer deve atender ao disposto no artigo 387, parágrafo único, do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei n.º 11.719/2008, in verbis:

Artigo 387 - O juiz, ao proferir sentença condenatória:

(...).

Parágrafo único: O juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta.

Deveria o Magistrado, então, quando da prolação da sentença condenatória, demonstrar a necessidade da manutenção da prisão do paciente, possibilitando, assim, a sua segregação cautelar. Ocorre, contudo, que após condená-lo a cumprir, em regime inicial fechado, a pena de 09 anos de reclusão, c/c o pagamento de 900 dias-multa, dando-o como incurso nas sanções do artigo 33. *caput*, da Lei nº 11.343/06, o Dr. Juiz de Direito deixou de se manifestar acerca do direito de o mesmo apelar em liberdade.

Tenho, assim, que a falta de fundamentação quanto à necessidade de segregação do paciente para poder recorrer equivale à ausência de



fundamentação, repelida por nosso ordenamento jurídico, e que deve ser sanada através da concessão da ordem pleiteada.

Neste sentido:

STJ: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS, PROCESSUAL PENAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. RECONHECIMENTO. DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. PEDIDO NÃO ANALISADO. OMISSÃO. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO, DIANTE DA INEXISTÊNCIA, POR OCASIÃO DO JULGADO, DE PROLATAÇÃO DA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. MANUTENÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR COM A SUPERVENIÊNCIA DA CONDENAÇÃO, SEM A APRESENTAÇÃO DE NOVA FUNDAMENTAÇÃO, DEVIDAMENTE ADEQUADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. 1. (...); 2. (...); 3. Vislumbra-se a ocorrência de flagrante ilegalidade na hipótese, uma vez que o Juízo do feito, (...) sem apresentar nova fundamentação, com dados concretos do processo, manteve o seu cárcere cautelar, persistindo, assim, o constrangimento ilegal. 4. (...). (EDcl no HABEAS CORPUS Nº 70.022 - SP (2006/0247390-4; STJ. QUINTA TURMA. RELATORA: MINISTRA LAURITA VAZ. Dje 23/06/2009).

Quanto à alegada nulidade da sentença, no que se refere à dosimetria da pena, destaco que, mesmo ciente de que tal matéria é suscetível de análise na estreita via do *habeas corpus*, consoante vem entendendo nossos Tribunais Superiores, tal argumento deverá ser analisado quando do julgamento do recurso de apelação já interposto (apelação criminal 201337-0).

Diante de todo o exposto, voto pela **CONCESSÃO PARCIAL DA ORDEM**, apenas para conferir ao paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento e o trânsito em julgado do recurso de apelação nº **201337-0**, motivo pelo qual determino a expedição do competente alvará de soltura em favor de **Antônio Marques de Albuquerque**, salvo se o mesmo estiver preso por outro motivo.

É como voto.

Recife, 15 de *dezembro* de 2009.

DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
Relator